

EDIÇÃO DA MANHÃ | PRIMEIRO JORNAL | JORNAL DA NOITE | EDIÇÃO DA NOITE | MAIS PROGRAMAS

INÍCIO VÍDEOS

23.02.2013 Atualizado às 21:13

DEOS PREMIUM

FOTOS

PAÍS MUNDO

DESPORTO

ECONOMIA

VIDA

CULTURA

MAIS



NO AR



A ATUALIDADE EM VÍDEO E EM ATUALIZAÇÃO CONSTANTE

PLAYLIST



MINISTRO DA ECONOMIA DIZ QUE O PAÍS "NÃO É AMIGO DAS EMPRESAS"



SPORTING PERDE EM CASA DO ESTORIL (3-1) EM JOGO A CONTAR PARA O CAMPEONATO



RICARDO SANTOS COMEÇOU A JOGAR GOLFE AOS NOVE ANOS COM UM TIO



NOVAS HISTÓRIAS DE GANGSTERS

CARTAZ DE CINEMA



QUADRATURA DO CÍRCULO 21-02-2013

22.02.2013 21:13

PAÍS

Maria José Morgado defende transparência na justiça



Questionada, pela agência Lusa, no final da conferência, Maria José Morgado disse que não defende que os tribunais e MP passem a dispor de serviços de assessoria, mas que as informações sejam prestadas pelos próprios magistrados (Lusa/Arquivo)





E-MAIL

A procuradora Maria José Morgado defendeu hoje, em Coimbra, que a justiça deveria ter "mais transparência", devendo os magistrados prestar informações sobre processos, para "evitar a mediatização", que cria, muitas vezes, "uma visão desfocada" da justiça.

A+ A A-

"A mediatização de certos processos cria, muitas vezes, deturpações sobre a realidade da justiça", afirmou a diretora do Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) de Lisboa, que falava numa conferência, na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC), promovida pelo Observatório da Justiça e pelo Centro de Estudos Sociais.

A mediatização e "deturpação" da "realidade da justiça" acontecem "também por culpa dos magistrados", advertiu Maria José Morgado, considerando que "a justiça não tem a transparência que devia ter".

A justiça é, assim, "avaliada por dois ou três casos, por dois ou três tribunais", sintetizou a magistrada, sublinhando que "no fundo, a justiça é levada até aos cidadãos" pela Internet e pela Comunicação Social, o que faz com que haja, na sociedade, "uma visão desfocada da justiça".

Questionada, pela agência Lusa, no final da conferência, Maria José Morgado disse que não defende que os tribunais e MP passem a dispor de serviços de assessoria, mas que as informações sejam prestadas pelos próprios magistrados.

"O modelo que defendo é que a informação seja prestada oportunamente, no momento adequado à estratégia processual, prestada pela autoridade judiciária competente", pelo MP, responsável máximo nos respetivos serviços ou pelo juiz que for presidente de um tribunal", explicitou.

ÚLTIMAS

00:40 Artes e Ofícios

00:06 Primeiro-ministro diz que protestos não são representativos da sociedade portuguesa

00:04 Presidência das "Mulheres Socialistas" vai ser discutida por Isabel Coutinho e Graça Fonseca

00:01 Dezenas de pilotos e técnicos da manutenção deixaram a TAP em 2012

MAIS

FACEBOOK

Atividade recente

amigos.

Você precisa estar conectado ao Facebook para ver as atividades recentes de seus



Presidência da República deteta 101 pessoas recommended isto.

101 pessoas recommended isto.



Relâmpago sobre a Basílica de São Pedro depois de Bento XVI anunciar a renúncia 3.277 pessoas recommended isto.



Manifestantes cantaram "Grândola, Vila Morena" ao ministro da Saúde no Porto 821 pessoas recommended isto.



Cinco pessoas detidas por burlar SNS em mais de três milhões de euros

192 pessoas recommended isto.

Plug-in social do Facebook

Os casos devem ser divulgados à Comunicação Social ("se houve a fase de processo, se houve acusação, se houve arquivamento, se e para quando está marcado julgamento, qual foi a decisão") de "forma neutra e que corresponda a uma comunicação objetiva com a sociedade" e sem "nunca tomar partido, porque isso já viola a deontologia profissional".

Durante a conferência, a diretora do DIAP de Lisboa defendeu, por outro lado, que deveria ser dado "mais poder ao MP", na "aplicação do princípio de oportunidade de pequena e média criminalidade", como uma das formas de aliviar e libertar os tribunais para outras questões.

Sobre a "mediação penal", Maria José Morgado considera que se trata de "um sistema falhado, em relação ao objetivo de descongestionar os tribunais da pequena e média criminalidade.

Entre as razões que apontou como causas para a lentidão da justiça e congestionamento dos tribunais, a procuradora referiu o desfasamento legislativo de resposta a novas formas de crime - - "a legislação é lenta a adaptar-se à realidade, mas ainda é mais lenta a ser aplicada", salientou.

Lusa

RELACIONADOS



Pinto Monteiro preocupado com a menor transparência na separação de poderes

19.02.2013



Bastonário dos Advogados diz que Governo não lida bem com separação de poderes

19.02.2013

RECOMENDADOS



Setecentos mil portugueses continuam sem pedir descontos na luz e no gás (SIC NOTÍCIAS)



Quadratura do Círculo 21-02-2013 (SIC NOTÍCIAS)



Polícia encontrou na casa de Pistorius um martelo com marcas de sangue (SIC NOTÍCIAS)



O Projeto Nu: mulheres anónimas acederam a mostrar o corpo (EXPRESSO)

Poupe uma nota na Worten Ganhe €100 em talão por cada €500 de compras. Aproveite! www.worten.pt Divisórias Procura Divisórias? Soluções para a sua casa e escritório. Consultenos pai.pt/diviluxdivisaodeespacolda

COMENTÁRIOS

Atenção: este é um espaço público e moderado. Não forneça os seus dados pessoais (como telefone ou morada) nem utilize linguagem imprópria.



Add a comment..

Comment using...



Wérika Lopes

Conferência na Universidade de Coimbra.

Reply 4 Like 2 hours ago



Wérika Lopes

Surpreendentes são as semelhanças dos problemas entre Brasil e Portugal e diversas as estruturas dos poderes constituídos.

Reply Like 2 hours ago

Facebook social plugin





País Mundo Desporto Economia Vida Cultura Programas Video Fotos

SICN no Facebook SICN no Twitter Bolsa Transito Tempo Alertas SMS Contactos Venda de Conteúdos Publicidade Termos de utilização Política de privacidade Política de cookies Estatuto Editorial Ficha Técnica SIC SIC Mulher SIC Radical SIC K SIC Internacional SIC Institucional SIC Esperança Arquivo SIC